



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS APLICADAS**  
**- CECULT**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM CIDADANIA E**  
**AMBIENTES CULTURAIS**

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DO TRABALHO DE**  
**CONCLUSÃO DE CURSO DE AURILUCI CARVALHO DE SOUZA ALVES**

**SANTO AMARO, 23 DE JUNHO DE 1958: Memórias presentes nas narrativas de**  
**um acidente**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. WALESKA R. DE M. OLIVEIRA MARTINS  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB  
(Orientadora)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. FRANCISCA HELENA MARQUES  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof. Dr. PAULO DE FREITAS C. FONSECA  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Aprovado em 31 de outubro de 2019.

Santo Amaro-BA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO  
CENTRO DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS APLICADAS -  
CECULT  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM CIDADANIA E AMBIENTES  
CULTURAIS

**SANTO AMARO, 23 DE JUNHO DE 1958: Memórias presentes nas  
narrativas de um acidente**

Auriluci Carvalho de Souza Alves<sup>1</sup>

**RESUMO**

Sendo a linguagem um instrumento socializador da memória, propomos, através desse valioso recurso, refletir sobre a memória e o silenciamento a partir de um fato ocorrido em Santo Amaro da Purificação, Bahia, no ano de 1958. Para o desenvolvimento dessa escrita, inicialmente analisamos os discursos de fragmentos de textos que foram produzidos na época e em outros períodos posteriores sobre o acontecimento. Nosso objetivo foi, à luz de Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Paul Ricoeur, Boaventura de Souza Santos e Eni Orlandi, entre outros teóricos, numa perspectiva interdisciplinar, discutir como as narrativas escritas e orais produzem a Memória como resistência ao silenciamento; perceber como essas *formas de silêncio* do fato em si foram (re)elaboradas através da linguagem e de como o discurso de testemunho revela possíveis quebras desses silêncios. Essa análise, cuja metodologia se serve de uma perspectiva retórico-discursiva nos possibilitou elucidar alguns elementos que são pistas para a compreensão do silenciamento do fato que durou 50 anos (1958-2008). Muito mais do que retomar um triste acontecimento, para além de refletir sobre seus silenciamentos, mais do que dar voz ao próprio fato, essa pesquisa tem, na sua essência, um compromisso de cidadania. Compreender tais memórias e narrativas é, no mais superficial dos desejos, contribuir para uma posterior visão cidadã do acontecimento e repassar para a sociedade santamarense. Memórias e narrativas tecem o mosaico social de todas as sociedades. Qual é o tecido da santamarense? Quais memórias e narrativas contribuem para a sua cidadania? Quais silenciamentos são questionados? Muitas dessas perguntas não possuem respostas simples. Mas, na dimensão desse trabalho, traremos uma memória e suas várias narrativas, no esforço de retomar o acontecimento numa concepção cidadã, num horizonte de leitura interdisciplinar.

Palavras-chave: Santo Amaro, memória, narrativas, silenciamento.

---

<sup>1</sup> Pós-graduanda do curso de Especialização *Lato Sensu* em “Cidadania e Ambientes Culturais” da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - e-mail: auriluci.cfp@gmail.com. Orientação da professora Dr<sup>a</sup> Waleska Martins, docente do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT/ UFRB) – e-mail: waleskamartins.wm@gmail.com. Coorientação do Prof. Dr. Adriano Dantas, docente do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT/ UFRB) – e-mail: adriano.dantas@ufrb.edu.br.

## INTRODUÇÃO

Era uma segunda, 23 de junho de 1958, véspera de São João, no Largo do Mercado Municipal, na Feira Livre de Santo Amaro, Recôncavo da Bahia. A feira livre estava cheia de pessoas que vieram de distritos e locais próximos à sede da cidade para vender suas mercadorias, e de muitas outras pessoas que compravam, conversavam, visitavam e passeavam pelo local. O pesquisador santamarense Herundino Leal no seu livro “Vida e Passado de Santo Amaro”, publicado nessa mesma década, nos revela que no período junino “era um movimento extraordinário em toda a cidade e especialmente nas casas de fogos, para onde afluía grande número de crianças e adultos para comprarem as suas rodinhas, os seus foguetes e as suas pistolas [...]” (LEAL, 1950, p. 93-94).

Às dez horas e trinta minutos, dessa segunda, inicia um incêndio em uma das duas barracas de fogos, situadas próximo ao Mercado, e logo depois uma grande explosão cessou a vida de muitas pessoas e deixou centenas de feridos.

“Santo Amaro, 23 de junho de 1958: Memórias presentes nas narrativas de um acidente” é o título desse Trabalho de Conclusão de Curso, que se propõe a perceber e analisar o fato descrito acima. Nosso objetivo foi/é, à luz de teóricos da sociologia, da história, da filosofia e da linguística, entre outros, numa perspectiva interdisciplinar, discutir como as narrativas escritas naquela época foram modalizadas para se adequar aos mais variados sentidos de poder. Sob nossa análise, a retomada analítica dessa Memória narrativa se apresenta como resistência ao silenciamento, percebendo como as *formas de silêncio* do fato em si foram (re)elaboradas através das linguagens. Essa análise, cuja metodologia se serve de uma perspectiva retórico-discursiva, nos possibilitou elucidar alguns elementos que são pistas para a compreensão do silenciamento do fato que durou 50 anos (1958-2008).

Caminharemos, principalmente, no campo da memória social. Contudo, é a construção basilar da perspectiva do filósofo francês, Henri Bergson, sobre memória que o trabalho se sustenta. Para Bergson, a memória não é linear, mas atemporal e descontínua. Ou seja, distante do paradigma sequencial do tempo. Ela está, na concepção do filósofo, muito mais próxima da dimensão da experiência e da subjetividade. A historiadora Nelci Pereira (2011) acrescenta que “esta memória é

sentida no interior das experiências vividas, no fluxo do tempo como uma multiplicidade indivisível e heterogênea, que a cada instante se altera, se dilata, se contrai, reconfigurando instantes já passados, criando expectativas para instantes futuros” (PEREIRA, 2011, p. 01).

Buscamos trabalhar com essa acepção de memória através dos textos que foram publicados na época do acidente, com outros que foram escritos em momentos posteriores. Sabemos que há lacunas no tempo sobre esse fato para serem entendidas e analisadas. Informações revelam que depois do acidente, o primeiro ato que faz menção ao acontecimento foi em 2008, quando foi realizada uma missa no local. De 1958 a 2008 parece que houve um total silenciamento, ficando na dimensão da oralidade “popular” e religiosa. Sabemos da importância do acontecimento para a comunidade candomblecista, sabemos da transmissão narrativa entre os mais velhos de Santo Amaro, temos plena ciência de que a dimensão oral não é menor que a escrita. Contudo, para que pudéssemos contemplar uma perspectiva satisfatória, o recorte tornou-se imprescindível. Portanto, mesmo sabendo das dimensões orais, o trabalho fixou seu recorte nas produções escritas. Durante a pesquisa sobre os referenciais que abordam o assunto não foi encontrado, até o momento, nenhum registro que demonstre quebrar esse silêncio de cinquenta anos. A partir de 2008 a 2019 há um rito, um ato ecumênico anual, que “relembra” as vítimas do incêndio.

Para análise e melhor compreensão desse posto silenciamento traçamos discussões pautadas, também, no sociólogo Michael Pollak (1989). Para o autor, em seu texto “Memória, Esquecimento, Silêncio”, a lembrança é uma luta contra o esquecimento. As lembranças, mesmo aquelas renegadas ao silêncio contemplativo e solitário, que sobrevivem no repasse de geração a geração, de maneira oral, são recordações vivas e que, mesmo diante do silenciamento, conduzem um discurso silente.

Outro teórico basilar para esse trabalho é o sociólogo Maurice Halbwachs (2006). Segundo esse autor, a memória de uma sociedade estende-se até onde pode, ou seja, o esquecimento acontece porque além da quantidade tão grande de acontecimentos, os grupos que guardam a lembrança desaparecem com o passar do tempo. Há, de certa forma, uma naturalização temporal dos acontecimentos, como se eles também tivessem um nascimento, um amadurecimento e uma morte. Essa sequência, muitas vezes, não significa esquecimento total, mas demonstra que a sociedade, e todo o seu movimento de inquietude e instabilidade, todo seu movimento

de idas e voltas temporais, dialoga com suas necessidades e com suas narrativas de urgências. Ou seja, a sociedade dos tempos líquidos, como já sinalizava Bauman (2007), bebe (talvez até demais) das águas de Lete (o rio do esquecimento) para seguir seu fluxo.

Aliando esses aspectos do esquecimento (ou silenciamento?) e alicerçados pelo trabalho do filósofo Michel Foucault e da linguista Eni Orlandi, tentamos, através da análise das narrativas presentes nos jornais, revistas e outros textos que tecem relação direta com o acidente, perceber e evidenciar as formas dos discursos. Quais memórias, seus termos, foram selecionadas para elaborar as narrativas e quais foram silenciadas?

Com base em um arcabouço teórico interdisciplinar e de uma análise discursiva pretendemos, dentre outros aspectos, questionar o silêncio desse acontecimento durante um período de cinquenta anos (1958 – 2008) e o modo como as narrativas sobre o fato foram construídas. Para contemplar essa proposta e esclarecer a seleção e o uso de termos como subalterno, colonizado, entre outros, fizemos uma aplicação da sociologia das ausências e das emergências, no campo da memória social. Temos consciência que os termos “subalternos” e “colonizados” (e suas ramificações) não se aplicam em sua totalidade no contexto que damos ao trabalho, e que tais termos carregam um sentido mais amplo e profundo (merecedor de um aprofundamento no texto). Contudo, é no sentido do silenciamento e do jogo de poder/interesses que a análise tenta o diálogo e a aproximação dos conceitos. Para isso recorreremos, entre outros, ao sociólogo Boaventura de Souza Santos, à pesquisadora pioneira na esfera da análise do discurso Eni Orlandi, o filósofo francês Paul Ricoeur, o sociólogo francês Michael Pollack e a indiana Gayatri Spivack.

Muito mais do que retomar um triste acontecimento, para além de refletir sobre seus discursos e silenciamentos, mais do que dar voz ao próprio fato, essa pesquisa tem, na sua essência, um compromisso de cidadania. Compreender tais memórias e narrativas é, no mais superficial dos desejos, contribuir para uma posterior visão cidadã do acontecimento e repassar para a sociedade santamarense. Memórias e narrativas tecem o mosaico social de todas as sociedades. Qual é o tecido da santamarense? Quais memórias e narrativas contribuem para a sua cidadania? Quais silenciamentos são questionados? Muitas dessas perguntas não possuem respostas simples. Mas, na dimensão desse trabalho, traremos uma memória e suas várias narrativas, no esforço de retomar o acontecimento numa concepção cidadã, num horizonte de leitura interdisciplinar.

## 1. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO: BREVES EXPOSIÇÕES

Considerando que as narrativas selecionadas para esse trabalho foram publicadas durante e depois do acidente de 1958, e que foram elaboradas a partir de pessoas que não participaram diretamente do fato, sobre um fato complexo que é o próprio acidente, acreditamos que as produções estão permeadas e delineadas por interesses particulares e por controvérsias, sobretudo no âmbito retórico-discursivo. Percebemos que há, também, uma relação muito direta entre o que se quer preservar de memória social e a memória coletiva de Santo Amaro. Ao que parece, Santo Amaro privilegia/seleciona as memórias mais convenientes para a construção de sua narrativa social. Contudo, sabemos que outras memórias tecem outras narrativas e que muitas, embora estejam respingadas pelas manchas da dor, da vergonha ou do sangue, fizeram caminhos e marcam identidades. Adiante, para explicar melhor os caminhos do trabalho, disporemos de alguns conceitos/metodologias importantes para concepção referencial e teórica do texto.

### 1.1 A análise do discurso: a retórica nas narrativas

A seguir iremos definir alguns conceitos que norteiam a análise dos textos selecionados. Terminologias como texto, discurso, formação discursiva, ideologia, relações de poder, posições enunciativas e *ethos* discursivos são termos fulcrais para o trabalho e serão explicitadas nas suas concepções assimiladas ao campo da linguística e da retórica.

Primeiro vamos pensar na complexidade da palavra texto. Segundo a pesquisadora linguista Eni Orlandi, o

[...] *texto*, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada — embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira — pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer). (ORLANDI, 1994, p.112 e 113)

Partilhando dessa perspectiva, analisaremos os textos observando seus possíveis diálogos com outros textos; considerando as “condições de produção” – voltadas para o contexto não somente sócio-histórico, mas também para o imaginário produzido pelas instituições, sobre o já dito e o “não-dito”, sobre a memória e o “interdiscurso”<sup>2</sup>. Nesse sentido, percebemos a relevância dos movimentos “perifrásticos” e “polissêmicos”<sup>3</sup> para a constituição dos sentidos.

Mas vale ressaltar que, ainda nessa mesma perspectiva, as marcas que atestam a relação entre linguagem e sujeito, no texto, não são únicas e nem evidentes. Segundo a mesma autora, os mecanismos enunciativos “são construções discursivas com um caráter ideológico” (ORLANDI, 1999, p. 54). Nesse momento, é pertinente considerar a ideologia como um elemento inerente ao discurso, visto que é um aspecto subjacente ao enunciado.

Já a definição de discurso, que também respalda a nossa atividade de análise, a pesquisadora Eni Orlandi (1999, p. 53) diz que o “[...] discurso é uma dispersão de textos e o texto uma dispersão de sujeitos. Assim sendo, a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea, isto é, ela ocupa (marca) várias posições no texto.”. Podemos inferir que o discurso determina o que os indivíduos dizem e podem dizer, lugar social e a ideologia imbricada nos enunciados, permitindo-nos assim compreender a complexidade e elasticidade de cada texto.

O filósofo e pensador russo, Mikhail Bakhtin, faz uma exposição sobre o termo “enunciado” que favorece uma maior compreensão sobre “discurso”:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolavelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. (BAKHTIN, 1997, p. 261-262)

---

<sup>2</sup> Segundo Eni Orlandi (2007), o interdiscurso é o exterior constitutivo do discurso, que responde pelos sentidos que provêm de outro lugar.

<sup>3</sup> Para Orlandi (2007), os movimentos perifrásticos são os que promovem sentidos através da repetição, das formas de dizer e os polissêmicos é a simultaneidade de movimentos distintos desses sentidos no mesmo objeto simbólico.

Desse modo, devemos considerar que se há a produção de um enunciado, há um processo de enunciação pressuposto. Esse processo refere-se à produção do enunciado. Ressaltemos, ainda, que, segundo os postulados de Bakhtin, essa unidade de comunicação verbal é marcada em sua terminalidade por uma atitude responsiva, ou seja, a reação de cada leitor diante do texto. Assim, ainda sobre enunciado, consideremos o que postula Foucault:

O enunciado está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2007, p. 32-33)

Dessa forma, notamos que o enunciado é sempre um acontecimento que não se encerra nem pela língua e nem pelo sentido. E que esse acontecimento é incomum por essa possível conexão através de qualquer forma de registro como no campo da memória ou da escrita. Retomamos ainda que a aparição do enunciado se dá como um acontecimento que está aberto a sofrer transformação, reativação de determinadas memórias discursivas. Essa enunciação é única e irrepitível, de forma que sempre será um novo enunciado e um novo acontecimento. Destacamos que a noção de discurso em Foucault (2007) está ligada ao conceito de formação discursiva.

Conforme Orlandi (2007), uma formação discursiva determina, numa formação ideológica, o que pode e deve ser dito. Nesse caso, os sentidos não estão predeterminados na língua, mas se encontram constituídos *nas* e *pelos* formações discursivas. Isso implica afirmar que os sentidos também podem ser definidos ideologicamente. Nessa perspectiva, há uma tessitura orgânica entre discurso e poder.

Nesse sentido, podemos perceber que, mesmo o discurso sendo tão disperso aos textos, devemos atentar para o enunciado que é elaborado, em certa medida, dentro de possíveis e limitados sentidos definidos por ideologias. O discurso, essa materialização da ideologia, pode reger a construção de uma história e da cidadania de uma sociedade. Isso significa estruturar, também, hierarquias. A primeira estratificação é da primazia da

escrita, em detrimento da oralidade. Nesse sentido, escolhe-se, primeiro, quem sabe escrever e, depois, quem está no jogo da manipulação ideológica.

Pautados ainda em Orlandi (2007), temos que:

[...] a ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos encontrar esse ponto de articulação. (ORLANDI, 2007, p. 20)

A autora acrescenta que a língua, concebida numa perspectiva discursiva, como materialidade, é o lugar de forças e sentidos que refletem os confrontos ideológicos. A partir dessas reflexões, trazemos uma perspectiva do professor, também linguista, Adriano Dantas de Oliveira (2014) sobre as relações imbricadas no processo discursivo.

Assim, todo processo discursivo traz, em si, um processo ideológico. A linguagem e, conseqüentemente, o enunciado formalizado a partir dela, é o instrumento, a materialidade, pelos quais esse processo ideológico se manifesta. Então, se o indivíduo em sociedade está constantemente marcado por relações de poder, essas relações são estabelecidas, mantidas ou modificadas pela linguagem e pela ideologia a partir dela produzida discursivamente. (OLIVEIRA, 2014, p. 56).

Sendo a linguagem a materialização do discurso e este constituído ideologicamente, devemos analisar os textos a partir dessa perspectiva no intuito de buscar favorecer a compreensão sobre os aspectos que permeiam os discursos produzidos.

Portanto, a partir desses pressupostos assimilamos, os textos analisados como enunciados sincretizam língua e diversas linguagens para a produção de determinados efeitos de sentido com fins manipulativo-persuasivos. Concluiremos com a exposição de alguns aspectos teóricos no âmbito da retórica, que em diálogo com a análise do discurso, irão colaborar para a abordagem aos textos, cujas análises estão dispostas no próximo capítulo.

Ao pensar a estrutura do discurso e o seu processo constitutivo, é preciso, também, retomar perspectivas clássicas da linguagem. Na retórica clássica, Aristóteles define três tipos de provas técnicas ou artísticas de persuasão: *ethos*, *pathos* e *logos*. Essa tríade é formada pelo *ethos* - que é a imagem ou impressão que se tem do orador;

*pathos* - que são as paixões suscitadas no auditório e o *logos* - tudo que está por trás do discurso, que está articulado pela linguagem.

Iremos nos debruçar no *ethos* a partir do conceito do linguista belga Michel Meyer, um dos expoentes na área da retórica:

O *ethos* é uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo. As virtudes morais, a boa conduta, a confiança que tanto umas quanto as outras suscitam, conferem ao orador uma autoridade. (MEYER, 2007, p. 34)

No “Dicionário de Análise do Discurso” (2004), encontramos que o *ethos* adquire, em Aristóteles, um duplo sentido: ao garantir credibilidade ao orador, através da prudência, virtude e benevolência, designa as atitudes morais. E, na dimensão social, o orador, ao expor o seu modo, seu caráter e tipo social, convence o auditório. Acrescenta que em ambos os casos o que está em jogo é a imagem de si que o orador faz através de seu discurso, e não de sua pessoa real. Isso implica na compreensão de que o orador, ou aquele que escreve e faz a intermediação com o leitor, procuram as dimensões de credibilidade e social, na tentativa de expor uma imagem de si, da sua escrita, que convença o público. O jogo entre o dito e o não-dito percorre a tríade aristotélica e o discurso, a materialização da ideologia, acompanha esse movimento ininterrupto de convencimento.

As narrativas analisadas aqui nesse texto nos darão pistas para, além da análise discursiva, realizar esse entrelace com a retórica com a sociologia, com a filosofia, bem como com outras bases teóricas, no intuito de compreender que muitos dos discursos empreendidos não correspondem com a complexidade do acontecimento. No próximo item nos debruçaremos nas narrativas e suas memórias discursivas, com a intenção de abarcar dimensões outras do discurso.

## **1.2 A memória nas narratividades**

Antes de iniciarmos a análise dos textos de base, vamos apresentar e explorar outro norteador desse trabalho que é a memória e a relação direta desta com as narrativas.

Muitos autores se debruçaram sobre a questão da memória em perspectivas diferentes. Vale pontuar que esses estudos apontam que a memória social e a histórica seguem rotas paralelas, mas não se confundem.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs, em 1925, traz estudos sobre a memória em relação ao entorno pessoal, local e regional. É sobre essa perspectiva, de uma memória social que nos debruçaremos com mais ênfase para traçar o diálogo com a análise das narrativas.

Buscamos também as contribuições do filósofo Paul Ricoeur em torno da proposta de que a memória só existe, em última instância, enquanto discurso, enquanto narrativa. Ricoeur (2007), ao tratar dos usos e abusos da memória e do esquecimento, pontua que o uso é a representação da ação humana e o abuso se revela em uma disfunção, uma vez que mascara o caráter de regramento. O autor descreve três formas para pensar os usos e abusos da memória: “memória impedida”, “memória manipulada” e “memória convocada”. Aqui iremos nos deter apenas na “memória manipulada”, uma vez que ela se aproxima mais do conceito de narratividade - qualquer narrativa é seletiva. O autor destaca o poder seletivo da narrativa que acaba por oferecer “à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia de esquecimento tanto quanto de rememoração”. (RICOEUR, 2007, p. 98). O filósofo ainda acrescenta que, nesse espaço, a ideologia atua como discurso justificador do poder, da dominação. Pontua, também, que são nesses momentos que se utilizam os recursos de manipulação que a narrativa oferece. Percebemos aqui, no que diz respeito à ideologia, um entrelace entre a análise do discurso abordada por Michel Foucault e Orlandi e a narrativa estudada por Ricoeur.

A filósofa brasileira Marilena Chauí (1979) também destaca essa memória manipulada quando assinala em relação à memória política, esclarecendo que há pessoas que após lembrarem e interpretarem acontecimentos que participaram ou foram testemunhas, alguns indivíduos “restauram os estereótipos oficiais, necessários à sobrevivência da ideologia da classe dominante” (CHAUI, 1979, p. XIX). Dessa maneira, como ainda salienta Marilena Chauí, na apresentação do livro “Memória e Sociedade: lembranças de velhos”, de Ecléa Bosi, “lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra ‘história’, por outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade” (CHAUI, 1979, p. XIX).

Eni Orlandi (2007), além de trazer a ideologia inerente ao discurso, reitera essa forma de concepção da memória de Ricoeur e Chauí, quando escreve sobre as formas

do silêncio. A pesquisadora diz que a política do silêncio, ou silenciamento, está presente em muitas narrativas e destaca essa política na linguagem, ao salientar que “[e]m face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida a retórica do oprimido (a da resistência).” (ORLANDI, 2007, p. 29). Essas formas de conceber a memória relacionada à narrativa levam-nos a crer que, no âmbito discursivo, devemos considerar as relações ideológicas que se articulam no processo de enunciação e de comunicação, sobretudo no que tange à produção, ao controle e à circulação do discurso.

Após apreciação e uma breve exposição teórica, retomamos novamente Ricoeur e Orlandi para salientarmos que os textos analisados foram produzidos a partir de uma narrativa seletiva. Das escolhas necessárias, do dito e não dito, a partir de ideologias que permitiram a utilização de recursos de manipulação favorecidos pela própria narrativa. Portanto, acreditamos que a memória política, destacada por Chauí, ou a política do silêncio, por Orlandi, estarão imbricadas também nas narrativas presentes, produzidas a partir de memórias, especialmente no âmbito retórico-discursivo.

No entanto, para situar o local e os leitores, iniciaremos esse trajeto percorrendo o lugar, em Santo Amaro, em que aconteceu o acidente, retirando de algumas publicações o discurso de localização.

## **2. LOCAL DO ACIDENTE: MERCADO MUNICIPAL E FEIRA LIVRE**

Encontramos registros sobre a feira livre e Mercado de Santo Amaro no livro “Vida e Passado de Santo Amaro”, edição de 1950, do memorialista Herundino Leal.

### **Os Arcos**

Era assim denominada pela população da cidade e do interior do Município (de Santo Amaro), uma parte do patrimônio térreo do colonial e histórico prédio da Intendência Municipal, justamente aquela que fica o cavalheiro do largo do Amparo, porque as suas paredes eram em forma de arcadas, como se verifica ainda hoje, na frente do referido prédio. Esse local era destinado ao nosso Mercado Público e os nossos tabaréus vinham de lugares diferentes, com seus animais carregados, vender a sua farinha, o seu feijão, o seu milho afora uma infinidade de outros gêneros de primeira necessidade, que eram grandemente procurados por toda classe de gente. (LEAL, 1950, p. 52)

[...]

À margem direita do Subaé havia um barracão onde se vendiam os peixes procedentes da Ilha pequena, Acupe, Saubara, Itapema e Vila São Francisco, o qual tinha colunas de ferro e era coberto de zinco. Quando o Bandeirão (Dr. Ferreira de Viana Bandeira) foi Intendente melhorou-o, transformando-o em mercado e fechou os “Arcos” tão nosso conhecidos naquela época. Hoje esse Mercado Municipal. (LEAL. 1950, p. 52)

Leal traz como local da feira livre - “Arcos” - e Mercado Municipal o prédio da Câmara e Cadeia. Relata que o nome “arcos” tem uma relação direta com as arcadas presentes na arquitetura. O autor destaca também o período em que a feira e o mercado foram transferidos para o local onde funcionam atualmente. No livro “Santo Amaro da Purificação: arquitetura e urbanismo - Séculos XIX e XX” (2016) há registro sobre o Mercado Municipal e imagens que podem se relacionar com as descrições de Herundino Leal (imagem 1).

Imagem 1 - Prédio da Intendência Municipal / Paço Municipal / Câmara e Cadeia. Local onde, segundo Herundino Leal, funcionou a feira livre e Mercado Municipal – Arcos.



Fonte: Santo Amaro da Purificação: arquitetura e urbanismo - Séculos XIX e XX (2016, p. 54).

O pesquisador Denilson Conceição Santana (2016) ressalta que esse mercado foi construído pelo Intendente Dr. Ferreira de Viana Bandeira, em 1893 (imagem 2), e foi completamente demolido para a construção de outro em 1938 (imagem 3).

Imagem 2 - Mercado Municipal de Santo Amaro construído em 1893.



Fonte: Santo Amaro da Purificação: arquitetura e urbanismo - Séculos XIX e XX (2016, p. 40)

Imagem 3: Mercado Municipal atualmente – foi construído em 1938.



Fonte: Arquivo pessoal, cedida por Marcos Vinicius Dias.

O acidente aconteceu em um período junino. Os textos que fizemos análises também trazem informações sobre a feira livre e faz referência ao Mercado nesse momento festivo.

No Inquérito Policial há uma descrição sobre a feira livre que colabora para compreendermos como era naquele período:

[...] a FEIRA LIVRE é uma feira de vários produtos de consumo, que se realiza todas as segundas de cada semana, sem interrupção e ela reúne os habitantes desta cidade e ainda reúne uma população flutuante composta de lavradores de vários Municípios vizinhos e os do próprio município. Todo esse povo fica espalhado nas adjacências do dito Mercado, que tem em frente uma área totalmente calçada a paralelo [...] (INQUÉRITO POLICIAL, 1958, p. 23)

[...] em pleno dia de feira livre, por sinal bastante concorrida por ser a véspera da tradicional festa de São João, principal motivo assim de grande mortandade e ferimentos causados assim em dezenas e centenas, respectivamente, dos nossos feirantes [...] ( INQUÉRITO POLICIAL, 1958, p. 114)

A pesquisadora Zilda Paim, em seu livro “Isto é Santo Amaro” (1974), traz detalhes da feira livre e enfatiza a tradição junina, bem como retrata a festividade desse período celebrado em muitos estados brasileiros, mas principalmente em muitos interiores do Nordeste:

Véspera de São João, uma das festas mais populares de Santo Amaro, mantendo a tradição de alegria nos folguedos joaninos. [...] De sacola em punho, as donas de casa, rumaram para a praça do mercado [...] Dos municípios vizinhos, dos distritos, chegavam os caminhões, os animais de carga. Feirantes alegres esperavam vender as suas mercadorias e levar de volta para casa o foguete, o fato de boi etc. A feira começara cedo, era um vai e vem constante. (PAIM, 1974, p. 99)

O jornal **A Tarde** também remonta à alegria e à tradicional festa junina, detalhando a feira e o que acontecia naquela data:

Dia de feira e véspera de São João, festividade popular das mais caras e tradicionais em toda a Bahia, era imenso o número de pessoas que às 10.30 horas da manhã de anteontem, gravitava em torno do mercado da cidade e da feira livre ali armada. Havia, portanto, muita gente. E um grande número de animais. Estes usados no transporte dos gêneros trazidos pelos feirantes, deveriam somar umas duas centenas ou mais e estavam amarrados, em grupos, nas imediações. Por fim, fora do *mercado*, duas barracas de fogos, ambas construídas em blocos de cimento armado e bastante sortidas. (A TARDE, 1958, p. 01 – destaque nosso)

A revista **O Cruzeiro** descreve da seguinte maneira: “É véspera de São João e a praça da feira está mais cheia, tem até mais barracas: duas novas foram montadas para vender fogos, sucesso anual da feira [...]” (MEDEIROS, 1958, p. 107).

Por fim, o jornal **Imprensa Popular** relata que:

Por volta das 11 horas, uma violenta explosão sacudiu toda a Praça do Comércio junto ao Mercado [...] Era grande a multidão que se encontrava no local da tragédia onde se achava instalada a maior feira livre do município [...] (IMPrensa POPULAR, 1958, p. 01).

Diante das diversas descrições sobre a feira livre e o Mercado no período junino, pontuando a grandeza e relevância desses locais e do momento para o município, é possível, entre outros aspectos, prever a dimensão do acidente, identificar as pessoas envolvidas e trazer outras suposições sobre o silenciamento do fato.

No próximo item, analisaremos, de maneira mais detalhada, os discursos jornalísticos que publicaram sobre o acidente, no mesmo ano, ou em anos posteriores, para compreender os sentidos e as ideologias impregnadas nesses discursos.

### 3. AS NARRATIVAS CONSTRUÍDAS: MEMÓRIAS E SUBJETIVIDADES

Nesse tópico, realizaremos a análise de uma amostragem de textos que foram produzidos durante e após esse acidente, publicados em jornais, revistas e livros.

Selecionamos quatro textos que foram produzidos no período, no ano do incêndio, dos quais dois foram publicados em jornais – **A Tarde**, de Salvador e **Imprensa Popular**, do Rio de Janeiro; um **Inquérito Policial**, instaurado em 23 de junho de 1958 e concluído em 20 de setembro do mesmo ano, e a última produção do período será uma revista, **O Cruzeiro**, do Rio de Janeiro. Resolvemos incluir nessa análise mais um texto que está no livro **Isto é Santo Amaro** da pesquisadora santamarense Zilda Paim, também referente ao fato, que teve sua primeira edição no ano de 1974.

#### 3.1 O que dizem os periódicos

##### Jornal A Tarde

Logo no início, em sua capa, já sinalizando o grande destaque que o periódico dava ao fato, tem-se a notícia do acidente (imagem 4).



O texto apresenta um preâmbulo extenso, com um viés literário, considerando a subjetividade por meio das adjetivações e a pouca objetividade em relação ao fato, que faz do uso de vários termos para substituir e descrever a palavra *catástrofe*, como por exemplo, “*terrível acontecimento*”, “*inenarrável catástrofe*”, “*dramático espetáculo*”, “*imensa desgraça*”. Tais adjetivos mobilizam o leitor sensibilizando-o para a situação e envolvendo-o na leitura integral dos demais tópicos e sub-tópicos que detalham o acontecimento. Além disso, essas expressões retomam referencialmente o acidente de forma a criar uma gradação, intensificando o sentido de dramaticidade. Tanto a escolha das palavras, quanto a distribuição intencional das reportagens criam uma ambiência fílmica. Como se o leitor fosse, agora, o expectador de um filme de terror. Na reportagem abaixo, é possível perceber a continuidade das cenas:

Imagem 5 – Jornal **A Tarde**, 25 de junho de 1958 – Preâmbulo.



Fonte: Biblioteca Pública do Estado da Bahia, popularmente chamada de "Biblioteca Central dos Barris"

O texto, que se desenha na fronteira entre o discurso jornalístico e o literário, expõe não só a dramaticidade do acontecido, como também quer que o leitor reflita sobre o instante de fratura da vida, sua efemeridade, da sua condição imprevisível. Fica perceptível durante toda leitura a mobilização da compaixão dos leitores para a situação, que é realizada através da organização textual, da seleção das palavras e expressões que

envolvem, mobilizam e emocionam o leitor, como por exemplo: “Por vezes a vida excede a tudo quanto a imaginação pode conceber em matéria de dôr e sofrimento.”; “Nem há palavras com que se possa exprimir, em toda a sua intensidade [...]”; “E, pela descrição que temos do que é o aspecto da grande cidade, na qual as lágrimas correm incontidas de quantos viram ou veem o dramático espetáculo[...]” ( A TARDE, 1958, p. 01).

Temos ainda os registros fotográficos que colaboram com a leitura dos tópicos dentro da reportagem e que também promovem o despertar do sentimento de comoção / compaixão do leitor, conduzindo-o a perceber a relevância da solidariedade.

Mas, ao mesmo tempo, é possível perceber uma autopromoção do jornal quando, desde o início, constrói, através do texto introdutório, mobilizadores linguísticos para a compaixão presente na estrutura e na escolha de palavras e expressões que compõem o texto. É como se o jornal fosse o veículo dessa comoção e caminho da solidariedade. Na passagem abaixo, um recorte do texto da reportagem acima, é possível perceber a intencionalidade do jornal em se promover como historiador e conhecedor dos fatos.

Por vezes a vida excede a tudo quanto a imaginação pode conceber em matéria de dôr e sofrimento. Na realidade é o que acaba de acontecer em Santo Amaro, que o destino marcou com a maior, a mais trágica das catástrofes já verificada na Bahia. De fato, por mais que se recue no tempo, nada existe em nossa história que se possa sequer comparar ao ocorrido na grande cidade do Recôncavo. Nem há palavras com que se possa exprimir, em toda a sua intensidade, o terrível acontecimento cujo balanço nos oferece um total de mais de cem mortos e cêrca de trezentos feridos. [...] (A TARDE, 1958, p. 01 *sic*)

Paralelo a essa seleção e organização textual, o periódico pontua o acompanhamento sistemático do fato, realizado pelo mesmo, como podemos perceber no trecho abaixo:

[...] Êsses também, como não podia deixar de ser, os sentimentos d' "A TARDE", que, desde o momento em que teve conhecimento da tragédia, não poupa esforços, dentro das suas possibilidades, para levar uma palavra de confôrto aos sobreviventes e auxiliar as autoridades nos trabalhos de socôrro a Santo Amaro. (A TARDE, 1958, p. 01 *sic*).

É ele, o jornal, o portador da verdade real e subjetiva. O promotor da solidariedade, aquele que conhece, nos mais intensos e menores aspectos do acidente, toda a conjuntura e a complexidade de Santo Amaro e do povo que vive ali. Um arauto

jornalístico da verdade. A presença de uma campanha financeira, que está explícita desde o subtítulo principal, reforça a nossa leitura a respeito da autopromoção do jornal – como é possível ler na imagem seguinte:

Imagem 8 – Subtítulo principal divulgando a campanha de ajuda financeira realizada pelo jornal.

**"A Tarde" dá comêço a uma campanha de ajuda financeira em favor das famílias enlutadas, arrecadando, logo de início, donativos que totalizam importância superior a 400 mil cruzeiros**

Fonte: Biblioteca Pública do Estado da Bahia, popularmente chamada de "Biblioteca Central dos Barris"

Encontramos ainda um espaço reservado para divulgar uma subscrição do jornal em destaque, especialmente demarcado por linhas pretas, em alto relevo, e o título em negrito. Nele, além de retomar e reafirmar a solidariedade do periódico, há uma exposição dos colaboradores e os valores doados na subscrição organizada, como é possível perceber na imagem abaixo:

Imagem 9 – Subscrição promovida pelo jornal A Tarde.

**Subscrição de "A Tarde" para as vítimas da calástrofe**

"A Tarde" não poderia ficar indiferente á tragedia de Santo Amaro, como outras notícias, com a sua solidariedade Assim, logo lhe chegou ao conhecimento a catastrofe que abalou, não apenas a heulidade do reconceito, mas todo o Estado, tamanha a sua proporção, encaminhou apelos no sentido de não ta-tarem ás vítimas, as que se agoniavam nos leitos dos hospitais, residencias familiares e proprios públicos, transformados em enfermarias ou paços, rem o triste tributo da ficarem na orfandade. recursos necessarios ao instante de amargura. E, má's uma vez, as classes conservadoras e-rãram ao encontro deste apelo, prontamente atendendo a subscrição aberta por este jornal. A lista há de crescer. Até o presente momento já foi recolhido o total de 409 mil cruzeiros, procedente das seguintes firmas:

S. A. Magalhães Comércio Industria	Cr\$ 100.000,00
Lavoura e Industrias Reunidas S. A.	100.000,00
Banco Económico da Bahia	100.000,00
Banco da Bahia S. A.	50.000,00
Joanes Industrial S. A.	20.000,00
Cia. Seguros da Bahia	10.000,00
Cia. Energia Elétrica da Bahia	10.000,00
Antonio Navarro Lucas	5.000,00
Atlantica S. A.	5.000,00
Tabacalera do Brasil S. A.	3.000,00
Navarro Lucas & Filho	3.000,00
Chadler S. A.	3.000,00
<b>Total</b>	<b>409.000,00</b>

— Algumas das firmas que figuram na lista acima já haviam concorrido para as subscrições abertas pelas rádios desta capital; nem porisso se recusaram a concorrer na subscrição da "A Tarde", sendo que outras como S. A. Magalhães e Lavoura e Industrias Reunidas prestaram serviços lá mesmo em Santo Amaro, quando se deu a ocorrência.

— As importancias acima poderão ser entregues ao sr. Artur Couto na Gerencia da "A Tarde", a fim de serem logo remetidas para Santo Amaro, onde se acha constituída uma comissão para distribuição dos recursos que foram chegando.

Fonte: Biblioteca Pública do Estado da Bahia, popularmente chamada de "Biblioteca Central dos Barris"

Essas marcas apontadas deixam pistas de um jornal sensível à causa, que leva informações detalhadas e mobilizadoras da compaixão aos seus leitores. Contudo, temos também efeitos de sentido que sugerem uma campanha de autopromoção desse veículo de comunicação.

Em relação às ações dos políticos na época (a postura política do jornal), há um tópico chamado “Os socorros” (imagens 10a e 10b), que ressalta “o trabalho extraordinário da Secretaria de Saúde – e uma foto do secretário ‘em ação’ no cemitério - e equipes médicas de outras instituições” (A TARDE, 1958, p.01). Há ainda um telegrama de pesar aos conterrâneos, enviado pelo baiano e político Octavio Mangabeira (imagem 11).

Imagens 10a, 10b e 11 – Destaque – através da linguagem verbal e não- verbal - para as ações políticas em relação ao acontecimento e telegrama de Octavio Mangabeira.

(Imagem: 10a)

**Os socorros**

E' justo que se ressalte a pronta assistencia recebida pelas victimas na tragedia de Santo Amaro da Purificacao. Além do trabalho extraordinario do Secretario de Saude, dr. João Andreia, dos drs. Mamede e Octavio Araujo, este dedicado diretor da Santa Casa de Misericordia devemos citar o desempenhado pelas equipe de medicos da SAMDU e Pronto Socorro, que, a despeito de estarem de folga no dia da ocorrencia lutuosa, rumaram para o local, prestando toda a assistencia ás victimas. A equipe da SAMDU estava integrada dos drs. José Mello, Maurilio Freitas e Carlos Schlanga, enquanto que a do Pronto Socorro contou com os drs. Augusto Teixeira, Eurico Freitas e Aleixo Sepulveda. Todos eles tiveram dedicadissima atuação, juntamente com o dr. Sergio Peixoto, diretor do Serviço Médico do Interior, Tenente João Araujo, Delegado local e Prefeito Manoel Marques, além do dr. Pires da Veiga.

(Imagem: 10b)



(Imagem 11)

**Associa-se ao pesar dos seus conterrâneos**

Recebemos o seguinte telegrama:

RIO, 24 — Profundamente penalizado, tomo parte no grande pesar com que toda a Bahia deplora a catastrophe de Santo Amaro. Com os melhores votos pelo restabelecimento dos feridos e preces pelos mortos, envio ás suas familias um comovido abraço — Octavio Mangabeira

Fonte: Biblioteca Pública do Estado da Bahia, popularmente chamada de "Biblioteca Central dos Barris"

Nas imagens, é possível observar o tom quase cinematográfico do Secretário de Saúde que, de joelhos e aparentemente consternado, acende uma vela ao lado dos mortos no acidente. Os corpos, cujos rostos não foram cobertos, e a composição da cena

parecem montadas para a foto. É através da linguagem verbal e não-verbal que as ações políticas se desenham, de maneira suave e quase que natural.

### Jornal **Imprensa Popular**

Ao analisarmos outro jornal, da mesma época, mas de outro estado (Rio de Janeiro), percebemos a diferença no tratamento das imagens, bem como da linguagem utilizada pelo periódico. Abaixo, imagens do anúncio principal e da notícia (imagem 12):

Imagem 12 – Capa do jornal *Imprensa Popular*, publicado em 24 de junho de 1958.



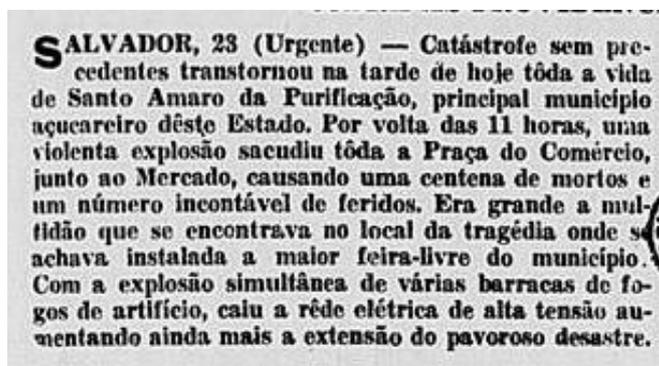
Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil<sup>4</sup>

O jornal **Imprensa Popular**, do dia 24 de junho do mesmo ano, estampou o fato também na primeira página, mas apenas parte da notícia. O jornal deixou parte para publicar dentro do Caderno. Na ocasião, o noticiário trouxe a manchete “Pavorosa

<sup>4</sup> Todas as imagens do jornal **Imprensa Popular** estão disponíveis em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=15880&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em 08 jul. 2019.

Catástrofe em Santo Amaro (Bahia) – Dezenas de mortos e mais de cem feridos na explosão”, adjetivando o fato e localizando precisamente apenas o lugar. Em letras maiores e em negrito, o jornal destaca os efeitos sobre os feridos e mortos na explosão, como é possível ler na imagem abaixo:

Imagem 13 – Lide da reportagem sobre o acidente do jornal **Imprensa Popular**.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil

O texto acima nos oportuniza analisar alguns aspectos da linguagem. Inicialmente há um enaltecimento da cidade (em outro tópico faremos um paralelo entre textos, analisando alguns desses aspectos): “[...] Santo Amaro da Purificação, principal município açucareiro deste Estado [...]” e “[...] instalada a maior feira livre do município [...]” (IMPENSA POPULAR, 1958, p. 01).

Percebemos que através de afirmativas sutis, o jornal deixa claro o desejo de sobressair o município, mesmo em meio ao acidente. Somado ao enaltecimento do governador da Bahia, como veremos mais abaixo (imagem 14), percebemos que o foco desse jornal era muito mais político do que social.

Após descrever sucintamente o fato, ressaltar as primeiras ações de socorro pelo hospital da cidade e o improvisado de postos de socorro pelas autoridades militares, o periódico destaca ações do governador da Bahia da época, Antônio Balbino, desde as comunicações com o deputado, presidente da Assembleia e Secretário de Saúde, até as medidas tomadas quanto ao atendimento, medicação e transporte.

É possível confirmar esse destaque através do fragmento abaixo:

Depois de manifestar à reportagem seu profundo pesar, o governador, Antonio Balbino afirmou que, por felicidade, o Estado acha-se aparelhado para a prestação dos socorros necessários, pois ainda recentemente comprou 12 ambulâncias, a maioria das quais seguiu para Santo Amaro. (IMPENSA POPULAR, 1958, p. 02, *sic*)

Mas, os trechos que colaboram para o enaltecimento das ações políticas ao mesmo tempo também se contradizem. Na mesma reportagem, com o subtítulo “Falta de remédio”, quando o jornalista pontua que “Os recursos médicos ficaram escassos em pouco tempo [...]” (IMPrensa POPULAR, 1958, p. 02), a passagem destoa sobre o aparelhamento do hospital e prestação de socorros necessários, como é possível ler na imagem abaixo:

Imagem 14 – Registro da escassez de remédios contradiz o excesso de enaltecimento das ações políticas governamentais.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil

Percebemos no texto uma exclusividade em enfatizar as atividades relacionadas ao acontecimento, mas realizadas pelos políticos, e dessa forma uma autopromoção dos mesmos através da exposição intensa de suas ações. Vale ressaltar que, apesar de todo esse foco político, o jornal não faz nenhuma menção sobre o prefeito da cidade, na época, Manoel Marques da Silva.

É interessante observar também que a manchete do jornal concorre, em espaço e foco de interesse, com a foto da eleita Miss Brasil. Tal medida parece retirar um pouco da comoção, mesmo com a adjetivação da “pavorosa catástrofe”. Essa mesma estratégia é utilizada até hoje em telejornais. Isso cria uma espécie de suavização e sugere, também, uma expectativa na leitura da notícia. Outra curiosidade fica por conta da localidade que a notícia “Falta de remédio” traz: “Nesta Capital” (Salvador). Ao que parece, é preciso localizar o leitor que não conhece o município de Santo Amaro, colocando em destaque a capital do estado da Bahia. O destaque do jornal, ao contrário do **A Tarde**, é nas ações políticas. A catástrofe, lamentada pelo jornalista, expõe as

fraturas estruturais de uma cidade interiorana, cujas limitações são expostas e intensificam ainda mais o acidente e seus efeitos.

### Revista O Cruzeiro

Imagem 15 – Capa da revista O Cruzeiro.



Fonte: Centro Referencial de Documentação de Santo Amaro

Na revista **O Cruzeiro**, publicada em 05 de julho de 1958, podemos observar que na capa não há nenhuma referência ao acidente. Mas, além de um breve texto em uma seção denominada **Conversa com o leitor**, há uma publicação de uma reportagem que ocupa três páginas entre textos verbais e imagens (imagem 16).

Imagem 16 – O Cruzeiro 05/07/1958: Mescla de textos e fotografias.



Fonte: Centro Referencial de Documentação de Santo Amaro

O título da reportagem, que está distribuído em duas páginas, deixa o teor literário exalar para o leitor. O eufemismo, figura de linguagem que suaviza termos caracteristicamente fortes, empresta ao título uma suavidade, uma atenuação do acidente. Com esse recurso, acreditamos que o repórter e fotógrafo José Medeiros suaviza a gravidade do acidente.

A mescla de imagens - fotografias imensas - e textos verbais curtos e em tom literário envolvem o leitor numa proposta de leitura cheia de sutilezas sobre algo que Medeiros descreve como trágico.

A descrição do fato é minuciosa, mas a escolha na forma de dizer produz e nos dá sensação de leveza. Expressões como, por exemplo, “faz cinzenta a manhã”; “havia subido aos ares” e “continuaram a viagem ao céu” (MEDEIROS, 1958, p. 107) reforçam, em um primeiro momento, um desejo de transformar o acontecimento em algo menos doloroso.

A seleção de termos no diminutivo como “chuvinha”, “cidadezinha” e “barraquinhas” pode demonstrar afetividade, mas também outro sentido, como inferiorizando o que está descrito. Essa percepção poderá ser ampliada com o texto (imagem 17) a seguir:

Imagem 17 – Texto introdutório sobre o acidente.

**D**EZ horas e 15 minutos: chuvinha miúda — continuação modesta das chuvas que há vários dias caem no chão da Bahia — faz cinzenta a manhã que envolve as 12 mil almas da cidadezinha de Santo Amaro da Purificação, um ponto quase invisível no mapa do Recôncavo Baiano. É véspera de São João e a praça da feira está mais cheia, tem até mais barracas: duas novas foram montadas para vender fogos, sucesso anual da feira. Dez horas e 20 minutos: a praça virou vulcão. As duas barraquinhas de fogos explodiram a um tempo só, espalhando no ar tôdas as gentes, todos os bichos, tôdas as coisas que estavam num raio de 100 metros. 300 feridos gemiam sua dor. 108 almas de Santo Amaro da Purificação haviam subido aos ares com os corpos e não desceram com eles. Continuaram a viagem no céu, levadas pelos fogos de São João.

Fonte: Centro Referencial de Documentação de Santo Amaro

Esses elementos, entre outros, deixam pistas do olhar do repórter sobre o município, e nos conduz a duas, entre outras, possíveis leituras. Primeiro há uma intenção em amenizar o fato através da escolha das palavras, da forma de dizer, tornando o fato menos doloroso para o leitor como já pontuamos. Depois emerge a percepção do lugar de fala do repórter, quando ele escolhe o diminutivo “cidadezinha” para descrever a cidade, e reforça essa descrição expondo o município como “um ponto quase invisível no mapa do Recôncavo Baiano” (MEDEIROS, 1958, p. 107). Além da linguagem rica em recursos estilísticos, é possível, em primeiro momento, perceber a intenção de expor o lugar a partir de outro local – Rio de Janeiro – e, numa leitura primeira, acaba por inferiorizar a cidade, menospreza “as gentes”, as “almas de Santo Amaro”. Outra possível leitura é situar o trabalho do fotojornalista que “fica conhecido principalmente pelos registros de indivíduos, comunidades e manifestações culturais marginalizadas”<sup>5</sup>, conferindo, dessa forma, certa dignidade aos excluídos. O repórter toma o lugar de escritor e, em sua reportagem, cria uma atmosfera literária ao discurso.

Na última página da reportagem, há um subtítulo mais denso, mas ainda muito literário: “O inferno encarnou na morte para baixar em terra de todos os santos” (MEDEIROS, 1958, p.108). Percebe-se um paradoxo - inferno e santos. Novamente o repórter faz uso de termos estilísticos, talvez no intuito de suavizar o acidente, para manter o leitor envolvido na reportagem, mas já aponta termos mais utilizados na religiosidade de matriz africana.

Portanto, as palavras “encarnou” e “baixar”, entre outras, são muito utilizadas na Bahia, próprias de uma religiosidade de matriz africana. Nesse momento podemos inferir que Medeiros não dispensou em seu texto as questões religiosas, tão diversas e

<sup>5</sup> Informações retiradas do link: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14517/jose-medeiros>

presentes em Salvador e no Recôncavo e inerentes aquele momento, visto o próprio nome da cidade – Santo Amaro e o período – São João.

Adentremos na expressão “terra de todos os santos” (MEDEIROS, 1958, p.108).

O historiador e escritor Luis Henrique Dias Tavares (1962) descreve a baía de Todos os Santos:

Deve-se entender que a denominação Bahia foi condicionada pelo batismo de Baía de Todos os Santos dado ao golfo em que os europeus chegaram em 1º de novembro de 1501. [...] e 1º de novembro é dia santo, dedicado a Todos os Santos, assim denominou aquele acidente geográfico. [...] Da palavra que nominou um acidente geográfico - baía – é que originou posteriormente a designação da capitania doada a Francisco Pereira Coutinho em 1534, capitania da Bahia [...]. (TAVARES, 2000, p. 30/35).

O Guia Ecoturístico da Bahia, publicado em 2000, pela Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia, explora um pouco mais sobre o termo Todos os Santos:

[...] Era costume naquela época dar-se o nome dos lugares conforme o santo do dia do calendário, e assim se chamou Baía de Todos os Santos, o grande golfo “ capaz de abrigar, sem confusão, todas as esquadra do mundo”, como descreveu séculos depois, um viajante estrangeiro em visita à Bahia. (ROTEIRO ECOTURISTICO DA BAHIA – BAÍA DE TODOS OS SANTOS, 2000, p. 14/16).

Em diálogo com a baía de Todos-os-Santos, acreditamos que Medeiros utiliza essa expressão para marcar essa diversidade religiosa expressa acima. Então vale os termos “baixar”; “encarnou”, “todos os santos” como também os nomes de santos: “São João”; “Santo Amaro” e a expressão como “Uma cidadezinha voou para Deus no dia de São João.”, marcando esse traço religioso tão presente em Santo Amaro.

Ainda explorando o texto que traz como subtítulo “O inferno incarnou na morte para baixar em terra de todos os santos” (MEDEIROS, 1958, p.108), encontraremos nesse espaço fragmentos que trazem algumas informações sobre o acidente em uma linguagem mais objetiva, como por exemplo, sobre a insuficiência dos recursos médicos, o apoio dos comandos militares da região no envio de remédios e plasmas, a dificuldade no traslado das vítimas para Salvador por causa das chuvas e das estradas que estavam com muita lama, e sobre a concessão da Leste Brasileiro em mandar feridos para a Capital através do trem.

Quanto à solidariedade de outros meios de comunicação, há um destaque apenas para uma emissora de rádio – A Rádio Difusora – que “abriu os transmissores para gritar socorro. E foi ouvida por todos os vizinhos da agonizante Santo Amaro”. (MEDEIROS,1958, p.108)

Na seção da revista **Conversa com o Leitor**, o redator principal, David Nasser, em diálogo com a produção de Medeiros, registrou “E houve tristeza baiana no coração do Brasil. Uma *cidadezinha voou para Deus* no dia de São João.” (NASSER, 1958, p.19).

A inversão metonímica da parte pelo todo sinaliza para uma similitude entre sujeito e lugar. Enquanto construção estilística literária, a metonímia aparece para tornar uma relação entre seus correspondentes mais estreita. Assim, “cidadezinha voou”, além de ser uma personificação<sup>6</sup>, é uma metonímia de correspondência de um todo (cidade) pela parte (seres humanos e/ou animais). Isso nos permite inferir, num primeiro momento, que o redator estreitou a profunda ligação entre sujeitos e o lugar, dando vida para a cidade. Assim, novamente notamos um desdobramento de discurso de consolo que parece atenuar o acidente, mas também o uso do tom literário (que aparece agora em outro texto) reforçando o lugar de fala da revista sobre Santo Amaro.

Os termos e a construção poética das notícias parecem marcar uma memória afetiva através da dor coletiva. Até o momento, percebemos nuances discursivas que acionam marcas temporais de uma tragédia. Segundo Jacy Seixas (1992), a memória constrói um tempo carregado de afetividades e Halbwachs (2006) agrega a essa afetividade a memória coletiva. O autor aponta um aspecto crucial sobre memória. Ressalta que ainda sendo individual, que também é social, pois é uma manifestação singular do coletivo. Cada memória individual, de maneira muito singular e mesclada de afetividades, mas que também é constituída socialmente e compõe a memória coletiva daquele acidente. Salientamos ainda que memória coletiva pode se referir tanto à memória de todos os membros de uma determinada sociedade quanto a grupos sociais no seu interior.

### 3.2 O que diz a Lei

---

<sup>6</sup> Atribuir animosidade e atributos emotivos humanos, ou vitais, para seres desprovidos de emoção ou vida – voar é atribuído, inicialmente, ao pássaro, e não à cidade.

## **Inquérito Policial**

O Inquérito Policial, instaurado em 24 de junho de 1958 pelo 1º Tenente e Delegado de Polícia, João Araújo dos Santos, é composto por 120 páginas e traz desde a instauração “[...] a fim de apurar as causas da lamentável ocorrência [...]” (INQUÉRITO POLICIAL, 1958, p. 08) até a conclusão com a apresentação de um relatório final. São inúmeros documentos que o compõem.

Pela extensão e diversidade de assuntos, decidimos explorar apenas alguns, como: o laudo de exame pericial e o relatório final. O laudo de exame pericial descreve e analisa, a partir de tópicos, o local do acontecimento, expondo alguns aspectos e apresentando a conclusão da perícia. Neste documento, consta que a perícia foi realizada no início do turno vespertino do dia seguinte ao acidente. Também pontua no tópico “Proibição e elementos de combate ao fogo”, que os peritos registraram que não tinham conhecimento “se foi estabelecida a proibição de ascender fogos dentro do raio de trinta metros.” (INQUÉRITO POLICIAL, 1958, p. 27).

O relatório final é composto por oito folhas e nele consta uma descrição detalhada sobre o fato. Próprio de uma linguagem objetiva, ainda assim é possível encontrar subjetividade presente. Termos referentes ao acidente como “desastrosa ocorrência”, “triste episódio”, “lamentável episódio”, “lamentável catástrofe”, “momento desastroso” deixam perceber/fluir a sensibilidade do profissional na elaboração desse texto.

Nesse documento há uma descrição minuciosa desde o início do acidente e a sua magnitude devido ao período “[...] em pleno dia de feira livre, por sinal bastante concorrida por se a véspera da tradicional festa de São João [...]” (INQUÉRITO POLICIAL, 1958, p. 114), até as prováveis causas; os encaminhamentos aos acidentados e aos cadáveres. Há sinalizações como “[...] o Laudo de Exame Cadavérico, cuidadosamente elaborado, de fls. 22 a 25, descreve detalhadamente o número de vítimas mortalmente acidentadas, e que foram identificadas pelos peritos [...]” (INQUÉRITO POLICIAL, 1958, p. 116). E segue com uma lista de 52 nomes de mortos e com a especificação de mais 18 cadáveres não identificados. Acrescenta ainda o falecimento de outras vítimas que foram deslocadas para hospitais em Salvador e que não conseguiram o Laudo. Atentando, dessa forma, para a ausência de informações precisas sobre o real número de mortos.

Nesse relatório há ainda referência a uma lista de acidentados como podemos verificar abaixo:

Apresentamos entretanto, às fls. 101 a 112 uma relação geral dos acidentados nesta catástrofe, a qual nos foi fornecida pelo Hospital Nossa Senhora da Natividade, através buscas na movimentação geral do pessoal ali relacionado. (INQUERITO POLICIAL, 1958, p. 120, *sic*)

Ao consultar as folhas citadas notamos que há uma gigantesca relação de nomes com endereços incompletos de pessoas que foram atendidas, no período de 23 de junho a 1º de julho, no próprio Hospital do município e também transferidas para outros locais como Salvador, Feira de Santana e Terra Nova.

O texto encerra expondo que fatores diversos contribuíram para a não “[...] elucidação concreta desta lamentável tragédia [...]” (INQUERITO POLICIAL, 1958, p. 120). E acrescentam que “[...] Assim é que a falta de provas reais nos encaminham para o campo das suspeitas sem que possamos fundamentá-las. [...]” (INQUERITO POLICIAL, 1958, p. 120).

Damos uma pausa a essa análise dialogando com essa última frase: as possíveis leituras realizadas nessa análise foram a partir de pistas deixadas no “campo das suspeitas”.

### **3.2 O que diz a literatura**

#### **Isto é Santo Amaro**

Em **Isto é Santo Amaro**, primeira edição de 1974, a pesquisadora Zilda Paim dedicou duas páginas para recordar o acontecimento. Iniciou através de um texto, em tom literário, intitulado “A grande catástrofe”. Como toda narrativa, a escritora fez a apresentação sobre o São João, a feira, a presença de feirantes e dos animais de cargas:

Véspera de São João, uma das festas mais populares de Santo Amaro, mantendo a tradição da alegria nos folguedos joaninos. [...] Dos municípios vizinhos, dos distritos, chegavam os caminhões, animais de carga. Feirantes alegres esperavam vender as suas mercadorias e levar de volta para casa o foguete, o fato de boi etc. [...] (PAIM, 1974, p. 99)

A autora começa a complicação quando descreve as duas barracas às margens do rio Subaé, e logo chega ao clímax utilizando uma comum expressão que colabora para alterar o enredo “De repente”. Nesse ponto há uma grande semelhança com o preâmbulo do jornal **A Tarde** quanto à exposição de sentimentos de dor, tristeza e pranto.

Nenhuma sombra de tristeza. Nas margens do rio as barracas de fogos. De repente, a fatalidade transformou a alegria em dor, o entusiasmo em sofrimento, o riso em pranto. Uma pavorosa explosão abalou a terra, de uma só vez detonaram todos os fogos. Cruel fatalidade que envolveu no luto, na orfandade e na miséria mais de uma centena de irmãos. (PAIM, 1974, p. 99)

Em semelhança ainda com o mesmo jornal, a autora encerra seu texto pontuando o sofrimento de todo o Brasil pela tragédia e faz um pedido a Deus: “Todo o Brasil sofreu conosco, e de joelhos, olhos voltados para Deus, pedimos que o Todo Poderoso recompense a todos.” (PAIM, 1974, p.100).

A pesquisadora, em continuidade ao assunto, traz outro tópico com o título “O fato”. Nesse momento temos um texto que dialoga bastante com o Inquérito Policial quanto à objetividade e minúcia. Há uma descrição do horário, data e local, barracas de fogos e nomes dos proprietários:

Por volta das 10,30h do dia 23 de junho, no largo do mercado, onde havia do lado direito duas barracas de fogos, sendo uma de madeira e outra de cimento armado, de propriedade respectivamente dos Senhores Raimundo Reis, e Aristides Santos, sendo que a última além de fogos próprios dos festejos, continha grande quantidade e pólvora e dinamite e bombas usadas para pescaria; eram separadas pelo espaço de oito metros. (PAIM, 1974, p. 100)

Mas encontramos um aspecto no texto dessa memorialista que destoa totalmente do Inquérito Policial e do jornal **A Tarde**, principalmente quando ela se debruça sobre a quantidade e especifica os explosivos. Na citação acima, a pesquisadora expõe os detalhes dos artefatos. Para o psicólogo britânico Charles Bartlett, a memória das pessoas depende de um amplo e longo processo, que, segundo Bosi (1994, p. 66) sempre fica o que significa, e salienta ainda que não fica do mesmo modo: ou quase intacto ou totalmente alterado. Diálogo direto com Paul Ricoeur, quando ele pontua que antes que o registro se processe há um filtro seletivo – narrativa - separando o que deve

ser retido e o que será descartado (não-dito), a escritora recorta o acontecimento e o descreve a partir de seu filtro.

Esse livro da escritora, publicado em 1974, provavelmente teve acesso, por exemplo, ao Inquérito, que registra dados sobre o acidente, mas sem afirmativas contundentes como faz Zilda Paim. É preciso lembrar, contudo, que, além dos aspectos pontuados acima sobre a memória, se trata de um texto com forte base literária e que a literatura se serve da realidade, com o distanciamento necessário para não sê-la.

Retiramos dois trechos do Inquérito Policial para percebermos essa dissonância entre a suspeita e a confirmação da presença de explosivos:

Assim é que não garantindo a existência do explosivo referido, fundamentamos a nossa suspeita pela forma prematura e violenta como explodiu a barraca do Aristides Santos, pelas gigantescas proporções atingidas pela explosão não só em material como em pessoal. (INQUÉRITO POLICIAL, 1958, p. 28)

Ou

A verdade entretanto, é que existiu explosivo na barraca de fogos do senhor Aristides que explodiu violentamente; apenas fogos de artifícios não causariam uma explosão com aquelas proporções, queimariam-se normalmente e não causaria tão elevado número de vítimas. (INQUÉRITO POLICIAL, 1958, p. 120)

O jornal **A Tarde** também não trouxe confirmações sobre explosivos existentes na barraca. Vejamos:

Por fim, fora do mercado, duas barracas de fogos, ambas construídas em blocos de cimento armado e bastante sortidas. Acredita-se – e os indícios nos levam a pensar desse modo – que em ambas as barracas, ou quando nada uma delas - a de propriedade do sr Raimundo Reis e que pereceu na ocasião, não podendo, portanto, confirmar ou desmentir o fato – existia uma boa quantidade de dinamite. Alega-se mesmo que havia um barril cheio de “bananas” de dinamite. Material esse de alto poder explosivo e que somente pode ser usado para desmonte de pedreiras, aterros, etc. (A TARDE, 1958, p. 01 *sic*)

Embora saibamos que cada gênero textual guarda em si suas peculiaridades, percebemos outro aspecto divergente dos demais textos analisados em relação à confirmação do motivo do incêndio e explosão. O Inquérito Policial não confirma, mas aponta algumas possibilidades como um curta no circuito da instalação elétrica, ou uma fagulha de fogos ou cigarro. O jornal **A Tarde** expõe crença, mas não afirmativas. Já a

pesquisadora Zilda Paim diz que depoimentos levaram à conclusão que foi uma “cobrinha elétrica”, que é um tipo de fogos usados nas festas juninas.

Depoimentos sobre a causa da explosão chegaram a conclusão de ter sido uma “cobrinha elétrica” lançada pelo vento para dentro da barraca do Sr. Raimundo Reis, provocando rápido incêndio que se passou para a barraca “Dois Irmão” que provocou a explosão. (PAIM, 1974, p.100)

Na citação de Zilda Paim, ainda podemos analisar a substituição do nome do proprietário da barraca, Aristides Santos, pelo da barraca “Dois Irmão”. Pensamos primeiramente em uma estratégia de referenciação, a anáfora, que é a retomada a um termo expresso anteriormente no texto. Mas nos permite também inferir a escolha em silenciar. Pela perspectiva da análise do discurso, segundo Eni Orlandi (2007), as palavras em uma narrativa são perpassadas pelo silêncio. Logo, o jogo das palavras, que compõe o que é narrado, confere sentido não apenas aquilo que é enunciado, mas, essencialmente, a tudo que se decidiu por não enunciar, por se manter em silêncio. Paul Ricoeur dialoga com essa perspectiva quando aborda que o silenciamento é uma forma específica de esquecimento. Ressalta que a partir do conjunto de disputas discursivas que, em determinado tempo histórico, “põem em silêncio” determinados elementos em detrimento de outros, que disciplinam esse silêncio a partir daquilo que é narrado.

A memorialista traz como desfecho dessa narrativa a seguinte passagem: “E assim passou um triste São João que jamais se apagara da memória daqueles que tiveram a desdita de assistirem.” (PAIM, 1974, p.100).

Será?

#### **4. LINGUAGEM: RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA**

Os textos analisados trazem narrativas semelhantes sobre o acidente, mas também contemplam outras várias divergências além de como foi iniciado o acidente como discorreremos acima. Vamos explorar um pouco mais, trazendo para a discussão algumas das escolhas conceituais, principalmente sobre a questão da memória. Faremos, assim, uma costura entre o aparato referencial e a intencionalidade discursiva dos textos.

Um traço interessante nesses textos é a forma como cada um apresenta a cidade de Santo Amaro. Encontramos desde a exaltação até a inferiorização do município. São olhares de um mesmo momento, mas em perspectivas diferentes.

Temos no **Imprensa Popular** a cidade de Santo Amaro sendo referenciada como o “ principal município açucareiro deste Estado”. No **A Tarde**, “Grande cidade do Recôncavo” e “Velha cidade do Recôncavo”. A revista **O Cruzeiro** descreve Santo Amaro como “um ponto quase invisível no mapa do Recôncavo Baiano” (MEDEIROS, 1958, p.107). E Zilda Paim não fez nenhuma atribuição a não ser tratá-lo como “a nossa cidade”.

Outro ponto relevante é que o **Imprensa Popular** e **Isto é Santo Amaro** abordam a relação da rede elétrica com o acidente. Pontuam que os fios de eletricidade partiram com a explosão e fizeram muitas vítimas.

O **Imprensa Popular** destacou que “Com a explosão simultânea de várias barracas de fogos de artifícios, caiu a rêde elétrica de alta tensão aumentando ainda mais a extensão do pavoroso desastre.” (IMPRESA POPULAR, 1958, p.01, *sic*). Para Zilda Paim, “Os fios de eletricidade partiram com o choque e os blocos de cimento foram lançados a grande distância, causando vítimas”. (PAIM, 1974, p.100, *sic*).

**O Cruzeiro** traz uma das hipóteses sobre a explosão: “A primeira delas: fios de alta tensão romperam-se e caíram sôbre as barracas.” (MEDEIROS, 1958, p.108, *sic*).

O **A Tarde**, semelhante ao **O Cruzeiro**, aponta como uma das possíveis causas do acidente, mas não afirma que foi a rede elétrica que rompeu com a explosão:

Um curto circuito, ou outra causa qualquer, provocou a detonação do material inflamável e as paredes e o teto das barracas foram impulsionadas pelo sopro da explosão, transformaram-se em mortíferos projetis que foram ceifando vítimas indiscriminadamente e em todas as direções – ali mesmo do outro lado do rio Subaé. (A TARDE, 1958, p.01)

Mas o Inquérito Policial não relata sobre a rede elétrica nessa perspectiva. Por sinal, há um parecer dos peritos sobre a rede elétrica destacando sobre a distância entre a rede e as barracas: “A posteação com a rede elétrica passava distante da barraca do senhor Raimundo Reis a treze metros e da barraca do senhor Aristides Santos a onze metros.” (INQUERITO POLICIAL, 1958, p. 26, *sic*).

Quanto às vítimas, também vale a pena verificar as formas de enunciados produzidos para descrevê-las.

Zilda Paim ao se referir aos cadáveres e aos sepultamentos conclui “[...] outros nem ao menos os parentes não estavam presentes por *serem feirantes*.” (PAIM, 1974, p.100, destaque nosso).

O jornal **A Tarde**, ainda sobre o número de pessoas que foram sepultadas sem identificação diz: “Além disso, muitos dos mortos eram *peças desconhecidas* em Santo Amaro, daí não terem sido identificados.” (A TARDE, 1958, p.1, destaque nosso).

E o Inquérito Policial pontua:

Em seguida passamos a identificar de perto os cadáveres, *contando com os familiares das vítimas e de pessoas idôneas presentes* e logo após as identificações, ordenávamos os registros de óbito nos Cartórios da Cidade. *Todos os cadáveres, quando identificados* à tarde já se encontravam em estado de rigidez [...]. (INQUÉRITO POLICIAL, 1958, p. 23 - destaque nosso)

Os textos nos deixa perceber que todos deixam marcas, do olhar sobre as vítimas: *feirantes, peças desconhecidas*.

Isso nos leva ao relato do pesquisador Herundino Leal, no início da década de 50, ao descrever as pessoas que vendiam na feira:

[...] Esse local era destinado ao nosso Mercado Público e os *nossos tabaréus* vinham de lugares diferentes, com seus animais carregados, vender a sua farinha, o seu feijão, o seu milho afora uma infinidade de outros gêneros de primeira necessidade, que eram grandemente procurados por toda classe de gente. (LEAL, 1950, p. 52, destaque nosso)

Daí surge uma inquietação: Será que houve silenciamento do fato ou foram as vítimas, pessoas “tabaréus”, “desconhecidas” – sem nome dentro da cidade – “feirantes” que não são relevantes para serem lembradas?

Aprofundaremos essa discussão mais adiante.

#### **4.1 Da sociologia das ausências para as emergências: uma homenagem aos sem nomes**

A partir da análise discursiva e retórica realizada com base nos textos que foram produzidos no período do acidente, elaboramos mais algumas possíveis leituras, incorporando, para isso, o referencial teórico da sociologia, principalmente.

Para expor essas breves interpretações, utilizamos um arcabouço teórico interdisciplinar e pretendemos, dentre outros aspectos, elucidar quais elementos

favoreceram o silêncio desse acontecimento durante um período de cinquenta anos (1958 – 2008) e ao mesmo tempo trazer visibilidade para o subalterno historicamente colonizado.

Para contemplar essa proposta, fizemos uma aplicação da sociologia das ausências e das emergências, no campo da memória social. Para isso recorreremos, entre outros, ao precursor das sociologias, Boaventura de Souza Santos. Também nos valeremos da pesquisadora pioneira na esfera da análise do discurso Eni Orlandi, do filósofo francês Paul Ricoeur, do sociólogo francês Michael Pollak e a indiana Gayatri Spivack.

O sociólogo Boaventura de Souza Santos, em um artigo intitulado “A reinvenção da emancipação social”, reflete sobre a Sociologia das ausências e das emergências. A sociologia das ausências, segundo Santos (2006), trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido “como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe” (BOAVENTURA, 2006, p. 12).

Ele discute sobre a lógica da produção de não-existência destacando que não há uma maneira única de não existir, porque para ele:

São várias as lógicas e os processos através dos quais a razão metonímica produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear. Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível. O que une as diferentes lógicas de produção de não-existência é serem todas elas manifestações da mesma monocultura racional.(SANTOS, 2006, p. 12).<sup>7</sup>

Enquanto a sociologia das ausências é pensada para contrariar essas lógicas de exclusão, tem a intenção de reconstruir essas formas, mudando as suas relações de subalternidade. A sociologia das emergências, segundo Boaventura de Souza Santos (2006), aponta para a substituição do futuro vazio, onde pode existir tudo ou não existir nada. Busca caminhos concretos e com isso transforma o futuro infinito em um futuro real. Ela, a sociologia das emergências, atua tanto sobre as possibilidades quanto sobre

---

<sup>7</sup> Faz parte do que Boaventura de Souza Santos nomeia de *razão indolente* que subjaz, nas suas várias formas, ao conhecimento hegemônico, tanto filosófico como científico, produzido no Ocidente nos últimos duzentos anos. A *razão metonímica* que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para torná-las em matéria-prima.

as capacidades. Portanto, tanto a sociologia das ausências como a sociologia das emergências tem como fundamento a contestação.

Então, resume Boaventura de Souza Santos:

Enquanto a sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais já disponíveis, a sociologia das emergências expande o domínio das experiências sociais possíveis. As duas sociologias estão estreitamente associadas, visto que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo mais experiências são possíveis no futuro. Quanto mais ampla for a realidade credível, mais vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos. (SANTOS, 2006, p. 27)

Iniciaremos essa análise tecendo um olhar sobre a forma como esses textos, que foram escritos na época do acidente, conceberam as pessoas que vendiam na feira e as que foram mortas no acidente. A seleção de nomes para identificá-los merece uma análise mais atenta, pois talvez notaremos aqui o que a linguista Eni Orlandi (2007) chama de “dito”, “não dito” e “interdito”. Conforme essa autora, os sentidos estão para além do que está explícito no texto. Ou seja, de acordo com a seleção das palavras e a posição em que estão empregadas em um texto elas produzem um sentido específico e variável. E nessa construção dos sentidos situa o dito e não-dito – as entrelinhas ou interdiscursos – que se revela na formação discursiva. Logo, para se analisar o sentido do discurso, como aponta essa pesquisadora, é necessário tecer a relação entre interdiscurso e intradiscorso – o dito e o não-dito.

“Tabaréu”, “feirante”, “desconhecidas”, “sem identificação” são alguns dos nomes escolhidos pelos autores dos textos selecionados e analisados para identificar / denominar as pessoas (que compunham a feira livre no largo do mercado em Santo Amaro no dia do acidente) que estavam, vendiam e morreram na feira naquele dia do acidente. O que está no interdito? São pessoas sem relevância social para aquele município? Qual (is) ideologia (s) que está (ão) presente (s)?

Na feira há a presença de muitas pessoas de pouco poder econômico, sócio e cultural, que geralmente se deslocam da zona rural para negociar produtos para a própria subsistência, muitas vezes retirados da própria “roça”. Esses indivíduos realmente não são conhecidos por seus sobrenomes. Talvez não encontremos aí sobrenomes institucionalizados pela sociedade santamarense. Um traço possivelmente de uma forte herança dos engenhos de açúcar.

Para ampliar um pouco mais essa análise, adentremos nos estudos sobre o que Paul Ricoeur descreve como o “abuso da memória” e do “esquecimento”. Não iremos explicitar aqui detalhes dessa abordagem, mas exploraremos a “memória manipulada” para fazer reflexões a respeito de qual história foi produzida, oficializada.

Para o filósofo francês Paul Ricoeur, as recordações são compostas de pequenas narrativas que são seletas. Para ele, “se somos incapazes de nos lembrar de tudo, somos ainda mais incapazes de tudo narrar; a ideia de narrativa exaustiva é uma perfeita insensatez.” (RICOEUR, 2003, p. 07). Então, as possibilidades de variação da mesma história, a partir da manipulação, favorecida pelas narrativas, permitem produzir uma memória ideológica.

Boaventura de Souza Santos (2006), quando discorre sobre a sociologia das ausências, aborda sobre alguns processos de produção da não existência. Nessa reflexão há um estreito diálogo com Paul Ricoeur em relação a “seletividade” da memória, sendo esta uma das formas sociais da não existência muito forte e eficaz.

Ricoeur (2003) destaca, ainda, a questão da privação dos próprios autores e do poder imaginário de se auto narrarem. Ele traz aqui as limitações em descrever as “responsabilidades dos atores individuais das pressões sociais que trabalham subterraneamente a memória coletiva” (RICOEUR, 2003, p. 03). Na direção do acidente, é possível inferir que a voz dos sobreviventes, por exemplo, não entrou nas narrativas. Os jornais, a revista, o inquérito e o livro trabalharam de maneira diferente (já resguardando as diferenças do gênero narrativo) os fatos: um com mais teor emotivo, outro com diretriz ideológica política, outro com a discursividade distanciada do tempo.

Numa mesma perspectiva, o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006) também discute sobre, não apenas a seletividade da memória, mas também um processo de “negociação” para conciliar a memória coletiva e as memórias individuais. Há, nesse sentido, uma mediação e uma negociação interna do sujeito, sempre em dialogia com uma memória mais coletiva. Podemos perceber esse movimento, por exemplo, nos discursos ideológicos dos periódicos, sempre na tentativa de coletivizar a dor e o sofrimento do povo santamarense, escolhendo, para isso, termos e recursos estilísticos de cunho sentimental, que despertam a comoção popular.

Contudo, o sociólogo Michael Pollak chama a atenção para essa perspectiva de lidar com os fatos sociais como coisas. Para Pollak (1989, p. 02) é necessário “analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”. Isso significa compreender os jogos de poder

intrínsecos e extrínsecos. Pensar na concepção de fatos sociais como “coisas” é contemplar a faceta do discurso do poder. É dimensionar categorias que falam, de quem falam e como falam (e quando falam).

Ao estudar a história oral, Michael Pollak ressalta a relevância de “memórias subterrâneas” e estão inclusos nesse conceito a memória dos marginalizados, dos excluídos e das minorias, e é parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, portanto oposta a memória nacional, “oficial”. É nessa esteira que a indiana Gayatri Spivak trabalha em seu livro “Pode o subalterno falar?” (2010).

Ainda em relação à “memória subterrânea”, Michael Pollak a caracteriza como uma memória que atua de forma subversiva no silêncio e de “maneira quase imperceptível. Ela aflora em momentos de crise e em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 02). É como se essa memória, que é colocada no lugar do silenciamento, por conta dos discursos de poder, ficasse em potencial, movendo-se pelos meandros das lacunas. O silêncio de cinquenta anos não é um silêncio total. Talvez acontecesse um burburinho, em algum lugar de uma memória que não quer o esquecimento. É possível ver essa latência da memória nas narrativas orais de muitas pessoas, principalmente dos mais velhos e dos “filhos de Axé”.

Retomaremos, então, Boaventura Santos (2006) para apresentar outra tessitura de ideias entre autores. “Memória subterrânea” é um conceito que dialoga com as formas de não existência apresentadas por Santos. Essas memórias são subterrâneas porque são enterradas, são feitas invisíveis e ausentes da memória oficial. Esse “esquecimento” do acidente, enterrado talvez por alguma ideologia política, não se sustentou inteiramente. Mesmo depois de tanto tempo, o silêncio é rompido e retoma com forças outras e com outras roupagens. Isso se torna perceptível, inicialmente, através da missa realizada anualmente a partir de 2008, seja nos textos produzidos no espaço acadêmico e literário. No campo acadêmico, outros referenciais apontam a quebra/o rompimento desse silêncio. Tem-se, por exemplo, um memorial com a produção de um documentário radiofônico elaborado por um estudante do curso de Comunicação Social – Jornalismo do Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL / UFRB, em Cachoeira em 2012; um artigo produzido por um professor e dois estudantes do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT / UFRB, publicado na revista de Extensão em 2015, da UFRB. Na literatura, há uma crônica intitulada “A última bomba”, que faz parte do livro “Por que o Subaé não molha o mapa” da autoria de Jorge Portugal, publicado em 2017. No plano da gestão política, há

um desejo de colocar um marco memorial, no cemitério, no local onde foram enterrados os “indigentes”, e mesmo nas narrativas orais que permeiam muita gente santamarense.

A partir dessas iniciais incursões sobre a memória manipulada e subterrânea em diálogo com a sociologia das ausências, podemos presumir que há uma história sobre o acidente de 1958, produzida com variações e manipulações permitidas pela própria narrativa. Mas, além dessa constatação, podemos ainda inferir, com pressupostos ainda na reflexão de Ricouer e Pollak, que a narrativa produzida atende a uma memória ideológica da época. Não há como falar em memória e narrativa, sem observar o posicionamento de quem fala e de quem é silenciado.

Durante a análise dos textos é possível verificar o olhar do outro, fora do lugar de fala, para o fato. Alguém narra uma situação e acaba distanciando seus atores individuais dessa narrativa, construindo desta forma uma memória coletiva e oficializada, produzida para atender ao discurso hegemônico que se sustentava na época.

Outra possibilidade de leitura é deixada através das reflexões de Pollak em relação à memória subterrânea. Primeiro, é preciso repensar sobre a coisificação dos fatos sociais. Como e por quem, e acrescentamos porquê e quais interesses a morte de muitas pessoas nesse acidente foi coisificada, deixada de lado pela gestão pública. Esse autor nos mostra possíveis formas de retomar o agenciamento das pessoas através dessa memória que segue seu trabalho de subversão no silêncio e aflora bruscamente. Ou seja, nas palavras de Pollak: “a memória entra em disputa.” (1989, p. 02).

Para ele,

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 03)

Essa reflexão nos oportuniza novamente trazer para esse texto as sociologias das ausências e das emergências. Nesse ponto pensemos como esse processo exposto por Pollak permite uma clara conexão com Boaventura de Souza Santos nas possíveis emergências que podem surgir a partir da supressão das ausências. O que está invisível, quando “lembrado”, torna-se visível e, portanto, pode subsidiar uma transformação / alteração do próprio presente.

Para fortalecer um pouco mais essa discussão, podemos acrescentar as ideias da crítica e teórica indiana Gayatri Spivak (2010) no livro “Pode o subalterno falar?”, sobre o colonizador e o colonizado, e destacando a relevância do subalterno se representar, se subjetivar, se reerguer. Embora a autora trate de contextos diferentes dos apresentados nesse trabalho, é importante compreender as várias maneiras de se pensar o silenciamento dos menos favorecidos, seja em escala pequena ou grande (mesmo porque a escala é uma questão de perspectiva). Mesmo que não se tenha, no povo santamarense a figura do subalterno, a subalternidade persiste em muitas dimensões (rastros de um tempo de escravidão).

Nesse sentido, a pesquisadora promove importantes reflexões sobre o fato do subalterno e do colonizado serem sempre representados pela voz do outro. Gayatri Spivak pontua a ilusão do intelectual acreditar que pode falar pelo outro no intuito de reivindicar seus direitos. A professora de literatura Sandra Regina Goulart Almeida (2010), uma das tradutoras do livro, ao escrever o prefácio, faz essa breve explanação sobre o olhar de Spivak em relação ao subalterno:

A tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido (a). Para ela, não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar "contra" a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido. (ALMEIDA, 2010, p.14)

Spivak, juntamente com Pollak, e endossados na sociologia das emergências, nos levam a outra projeção desse trabalho que são as narrativas orais de pessoas que participaram direto ou indiretamente do acontecimento. Construimos esse momento com a intenção de, primeiro, (re)conhecer pessoas da zona urbana e rural do município que carregam essa história. Depois ouvi-las e possibilitar, através da produção de um documentário, que as pessoas conheçam a história sobre o mesmo acidente a partir de pessoas que também participaram, direto e indiretamente desse fato, mas que até esse momento eram apenas narrativas, legitimadas por outras poucas pessoas. Imbuimos também a intenção, além de integrar a oralidade ao trabalho, em apresentar várias perspectivas sobre o acidente, para promover inúmeras possibilidades de leituras.

Portanto, o nosso próximo passo (em outra especialização ou mestrado) é favorecer espaços para que essa voz tenha eco semelhante as que foram registradas naquele tempo. Nessa perspectiva, iremos conhecer o acidente a partir de suas memórias

individuais e coletivas. Talvez seja essa uma das possíveis eclosões da memória subterrânea e de reflexão sobre o real agenciamento das pessoas. A ideia não é de analisar esses discursos, produzidos por quem ainda não deixou a sua marca na história, mas de oferecer um espaço de subversão discursiva e de reconhecimento do lugar de fala das pessoas que vivenciaram de alguma maneira aquele momento. Perceber quantas pessoas / vozes era e é (eram e são) silenciadas, muitas vezes, por uma questão ideológica: quem tem vez e voz e quem sabe “falar”, “escrever”, tem um sobrenome que foi (e permanece) de grande relevância social dentro do município. São essas pessoas, iluminadas por suas vivências e memórias, que nos interessa nesse projeto futuro. É esse outro lugar, o de escuta, que o trabalho pretende percorrer.

É importante ressaltar também que todas essas pessoas tem nome. Quando, início da década de 50, essas pessoas (feirantes), que acreditamos, eram tão poucas e não tão perceptíveis, já tinham adjetivação específica, como vimos em Herundino Leal – “tabaréu”. Durante o período do acidente, os muitos dos textos produzidos resolveram categorizá-los como “feirantes”, “desconhecidas”, “sem identificação”. Mesmo levando em consideração todas as complexidades do acidente, diante da dificuldade no reconhecimento dos corpos encontrados, para além de tudo isso, a categorização generaliza e desumaniza o acontecimento. E ainda, cinquenta anos após o acidente há registros de referência a essas pessoas como “vítimas sem nome” para homenagear os mortos naquele acidente. Esses aspectos nos levam a inferir que realmente é necessário trazer a voz do outro.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES**

Após esse longo e detalhado percurso, sugerimos inferir, a partir de nossa análise, algumas breves considerações.

Inicialmente vale destacar que os textos analisados nos permitiu primeiramente verificar como foi grande a dimensão o acidente: o número de mortos e feridos, o raio da distância que foi atingido. As imagens fotográficas e os registros nos textos revelam o estrago no local e o envolvimento de outros municípios vizinhos e de pessoas que reforçam essa dimensão.

O jornal **A Tarde**, apesar de utilizar a primeira página, na íntegra, para o acidente, fez escolhas de recursos textuais que mobilizaram a compaixão do leitor e

mesclou com a autopromoção do periódico quando, desde o subtítulo até em outros vários momentos, fez uma campanha que destacava o nome do jornal. Fez a descrição minuciosa do acidente, mas sempre sensibilizando o leitor para todos os fatos: mortos, feridos, sobreviventes, declarações, causa do acidente, entre outros aspectos. Expos os fatos, mas o maior envolvimento era com a atitude do Jornal em relação ao acidente – uma autopromoção.

O *ethos*, imagem do orador (jornal), foi toda construída para conquistar a confiança e convencer o *pathos* / auditório (leitor). Utilizou como recurso da retórica a compaixão. Desta forma, o periódico persuadiu seus leitores e se autopromoveram sem maiores exposições.

O **Imprensa Popular** demonstrou ser um jornal absolutamente político. Toda a notícia foi alicerçada pelas ações de pessoas políticas como governador e secretário. Nesse periódico as atividades políticas, voltadas para a questão do acidente, ganharam relevância.

A revista **O Cruzeiro** trouxe aspectos interessantes, além de uma linguagem absolutamente literária, que revela um olhar de certa inferioridade sobre o município – *cidadezinha*. José Medeiros organiza a reportagem de forma que o leitor primeiramente é comovido por uma breve descrição de forma poética da cidade e do acidente, mas ainda de forma metafórica. Depois expõe a linguagem não verbal através de fotos do acidente e somente na última folha da reportagem é que traz um relato com maiores detalhes sobre o mesmo. Essa escolha nos leva a inferir que revelar Santo Amaro além de “*cidadezinha*” e “um ponto quase invisível no mapa do Recôncavo baiano” era mais significativo para a Revista que reportar o acidente. No entanto, situando o discurso na dimensão linguística-histórica, podemos inferir também outro sentido para esses enunciados. Medeiros era um fotojornalista que ganha reconhecimento principalmente pelos registros de indivíduos, comunidades e manifestações culturais marginalizadas, conferindo, dessa forma, dignidade aos excluídos. Nessa perspectiva, suas narrativas favorecem a inclusão social do outro.

Destacamos ainda o uso de termos e expressões, em sua maioria, voltados para a religiosidade, que colaboram para descrever a cidade e o recôncavo e talvez a Bahia. E que é outro aspecto também relacionado aos estudos / pesquisas do jornalista.

Em **Isto é Santo Amaro**, a memorialista Zilda Paim também escolhe uma linguagem literária para narrar o fato. Traz, através dessa linguagem, o interesse em

mobilizar a compaixão, mas também deixa afirmativas sobre a causa do acidente, que outros textos não ousaram. Ressaltamos que foi um texto escrito na década de 70.

A objetividade esperada no texto do Inquérito Policial e perpassada por uma subjetividade através das adjetivações sobre o acidente, descrição da feira e até mesmo traços de comoção presente no laudo pericial e no relatório final.

Em relação à forma como conceberam as pessoas que vendem na feira. A seleção de nomes para identificá-los merece um olhar mais atento, pois talvez encontremos aqui o que Eni Orlandi chama de dito, não dito e interdito; o Michael Pollak chama de memória subterrânea ou Boaventura de Souza Santos pontua como sociologia das ausências como já exploramos. Notamos também a presença dos sentidos, das relações de poder que são estabelecidas ideologicamente.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart . Prefácio – Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

A TARDE. Edição 15, ano 46, 25 de junho de 1958.

BAHIA. **Roteiro Ecoturístico da Bahia** - Baía de Todos os Santos. Secretaria de Cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. Salvador: A Secretaria, 2000.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Os gêneros do discurso**. In: \_\_\_\_\_. Estética da criação verbal. 2. ed. Trad. De Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. Editor: Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. Coord. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUI, Marilena. Apresentação: Os trabalhos da memória. In. BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: TAQ, 1979.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

IMPrensa POPULAR. Edição 02452. Ano XI. 24 de junho de 58. Disponível em: <memoria.bn.br/docreader/WebIndex/WIPagina/108081/15880> . Acesso em 10 de junho de 2018.

INQUÉRITO POLICIAL. Instaurado em 23 de junho de 1958 e concluído em 20 de setembro de 1958, pelo delegado de polícia, João Araújo dos Santos – 1º Tenente.

LEAL, Herundino Costa. **Vida e Passado de Santo Amaro**. Imprensa Oficial da Bahia, 1950.

MEYER, Michel. **A retórica**. Apresentação Lineide Salvador Mosca. Trad. Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

O CRUZEIRO. Ano XXX, n. 39, 05 de julho de 1958.

OLIVEIRA, Adriano Dantas de. **A dimensão retórico-discursiva das canções buarquianas, mobilização de paixões na articulação tensiva opressão versus liberdade e melos como prova de persuasão**. São Paulo, 2014. 361f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Campinas: Editora Unicamp, 1999.

PAIM, Zilda. **Isto é Santo Amaro**. Imprensa Oficial, 1974.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>

PEREIRA, Nelci Bilhalva. Memória: Continuidades ou descontinuidades?. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFG/JATAÍ, 26 a 30 de set. de 2011, Jataí. **Anais do II Congresso Internacional de História da UFG**. Jataí: UFG, 2011. p. 1-7.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: UNICAMP, 2007.

SANTANA, Denilson Conceição. **Santo Amaro da Purificação: arquitetura e urbanismo, séculos XIX - XX**. Santo Amaro: Faz de Conta, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Gramática do tempo: para uma nova cultura política**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SEIXAS, Jacy. **Os Tempos da Memória:** (Des)Continuidade e Projeção. Uma Reflexão (In)Atual para A História? Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10612/7893> >. Acesso em 02 de junho de 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia.** Salvador: Correio da Bahia, 2000.